

Malária

ameaça 81%

do país

BRASÍLIA (O GLOBO) — A malária, embora erradicada de áreas de maior densidade e significação demográfica e sócio-econômica do País, ainda representa uma ameaça à população de 81 por cento do território nacional, com destaque para a região amazônica, devido aos constantes movimentos migratórios e às condições naturais favoráveis à transmissão constante da doença.

A afirmação foi feita ontem pelo superintendente de Campanhas de Saúde Pública; Ernâni Motta, ao falar sobre "a situação atual das grandes endemias", na VI Conferência Nacional de Saúde.

— Apesar da conquista obtida pela Sucam, extinguindo praticamente a malária em diversas áreas da floresta amazônica e de atualmente se registrarem apenas 87 mil casos por ano no País, segundo dados de 1976, contra oito milhões de casos registrados em 1954, a doença precisa ser combatida constantemente, através de ações diretas ou de vigilância, onde já cessou a transmissão — disse o superintendente da Sucam.

Combate à doença

Disse Ernâni Motta que na região Amazônica, responsável por 88 por cento dos casos registrados no ano passado no País, a malária é endêmica. Contribuem para isso características peculiares, tais como umidade e chuvas constantes, além do estado precário das moradias, que expõem o homem ao contato constante com a doença.

Até agora, a maneira encontrada pela Sucam para combater a malária continua sendo a aplicação de DDT nas casas, a cada seis meses, a eliminação dos criadouros e o uso de nebulizações com outros inseticidas em áreas de intenso desmatamento, através de convênio com empresários da Amazônia.

A área malárica do País foi dividida em duas regiões. A primeira, de erradicação a curto prazo, tem 1,8 milhão de quilômetros quadrados e 34 milhões de habitantes. Nela se incluem toda as unidades federativas não abrangidas pela Amazônia Legal. A longo prazo, o combate será feito em todas as unidades da Amazônia, com 5,1 milhões de quilômetros quadrados e 9,1 milhões de habitantes. Ai, em consequência das obras de desenvolvimento, abertura de estradas, colonização, mineração e empreendimentos agropecuários, a total erradicação da doença somente será possível num prazo de tempo mais dilatado.

Por outro lado, em vista da complexidade e da deficiência da infra-estrutura de saúde na Amazônia, pretende-se verificar a possibilidade de associar o projeto de controle da malária aos programas específicos do Ministério da Saúde naquela região.

Esquistossomose

De acordo com dados colhidos até o ano passado, a esquistossomose manifesta-se de forma endêmica em Minas Gerais e desde o Pará até o norte do Paraná, exceto o Piauí, e, segundo o superintendente da Sucam, além de se constituir em problema médico-assistencial e de saúde pública, é também de política de governo, pela profunda repercussão sócio-econômica de seus efeitos.

Dotado de recursos especiais, o Programa Especial de Controle da Esquistossomose (PECE), disse Ernâni Motta, foi a forma encontrada pelo Governo, para reduzir e impedir a ampliação da área afetada pela doença